

31/12/2019

Grande Imprensa
FOLHA DE S. PAULO - SP

[Pelos beiradas](#)

[Como recuperar a confiança popular na mídia e na ciência](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Educação – balanço e perspectivas](#)

O GLOBO - RJ

[O QUE ELES DISSERAM EM 2019](#)

[Palacianos, Guedes e Araújo: os preferidos na agenda](#)

[Governo assegura R\\$ 163 milhões a emendas](#)

[E a Gama Filho, hein!?](#)

[COM DESBLOQUEIO DO ORÇAMENTO](#)

[O balanço além da economia](#)

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

[Movimento docente segue de mãos dadas](#)

O POPULAR - GO

[ENSINO SUPERIOR](#)

Agências de notícias e sites

CORREIO WEB

[Universidades revertem na Justiça 30% de vagas extintas pelo governo](#)

METRÓPOLES

[Prefeitos criticam reajuste de 12% do piso para professores](#)

PORTAL EXAME

[Número de crianças matriculadas em creches sobe em 2019, aponta censo](#)

PORTAL ISTOÉ

[Censo Escolar: cresce número de matrículas na creche e na pré-escola](#)

30/12/2019

Agências de notícias e sites

R7

[Universidades revertem na Justiça 30% de vagas extintas pelo governo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Universidades revertem na Justiça 30% de vagas extintas pelo governo](#)

Agências de notícias e sites

JORNAL DA FRANCA

[Capes seleciona professores de inglês da rede pública para curso nos EUA](#)

G1

[Censo Escolar registra queda de 4% em matrículas do ensino médio nas escolas públicas](#)

[Programas de pós-graduação da Ufopa terão cotas para ações afirmativas a partir de 2020](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Pelos beiradas

A medida dá prevalência aos professores na escolha de reitores, com peso de 70% na eleição. Hoje, boa parte das universidades concede pesos iguais a docentes, alunos e funcionários. Segundo aliados de Abraham Weintraub (Educação), o objetivo é minar a influência de sindicatos e partidos, mais próximos de servidores e alunos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/12/31/oposicao-pressiona-alcolumbre-a-rejeitar-medida-provisoria-que-muda-selecao-de-reitores-em-universidades/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Como recuperar a confiança popular na mídia e na ciência

A tecnologia não voltará atrás, e a difusão de informações não será mais controlada

Ao longo de 2019, ficou claro que o governo não tem qualquer intenção de moderar seu discurso e sua estratégia de ataques constantes a todas as instituições democráticas (Congresso, STF, imprensa, universidade, ciência). A imprensa, em particular, foi escolhida como inimiga jurada do governo, com direito a ameaças a anunciantes da Folha e à licença da Rede Globo. A ciência e as universidades também estiveram na mira.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/joel-pinheiro-da-fonseca/2019/12/como-recuperar-a-confianca-popular-na-midia-e-na-ciencia.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

Educação – balanço e perspectivas

PRESIDENTE DO INSTITUTO ALFA E BETO

Acostumados a tudo esperar do governo federal, Estados e municípios parecem estar paralisados e sem condições ou fôlego para fazer o que precisa ser feito. O novo governo federal criou dois conjuntos de expectativas. De um lado, muitos grupos esperavam a continuidade de políticas e modos de fazer implementados nos últimos 20 anos. Isso vem sendo feito, mas de forma tímida e marginal. Não faz parte da agenda oficial. Por outro lado, o próprio governo deixou clara a sua agenda, a guerra cultural. Seu único grande programa anunciado, a alfabetização, não saiu do papel. Pelo andar da carruagem, salvo alguma reviravolta inesperada, pouco se pode esperar do governo para promover a necessária reforma da educação. Trocar de ministro sem que haja uma agenda robusta e radical tocada por equipes experientes e competentes – como é na área econômica – não fará muita diferença.

No âmbito dos Estados houve alguma movimentação, mas tímida. O momento inicial, de expectativa, foi seguido de perplexidade. Agora parece que a ficha já caiu e os Estados começam a entender que lhes cabe tomar iniciativas e cuidar da própria casa. Dois grandes temas se mantiveram em pauta. O primeiro deles foi a “regionalização” da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Um festival de ganância do tipo baile da Ilha Fiscal. De concreto, um documento que já era grande e prolixo ganhou mais cem páginas em média em cada Estado, apenas para acrescentar a cor local. Vale citar aqui um trecho do relatório da OCDE relativo ao Pisa 2018: “Alunos de um mesmo país aprendem em diferentes contextos de acordo com o ambiente local e a escola que frequentam, mas seu desempenho é avaliado em face de padrões comuns. Quando se tornam adultos, eles enfrentarão os mesmos desafios e, frequentemente, competirão pelos mesmos empregos. Da mesma forma, numa sociedade global o sucesso dos sistemas educacionais não mais se mede por padrões locais, mas em face de padrões que vêm se tornando comuns aos vários sistemas”. Enquanto isso...

A outra iniciativa se refere à implantação da “reforma do ensino médio”, focada na criação de algumas escolas de tempo integral. Provavelmente terá o mesmo destino dos grandes programas nacionais padronizados, sem estudos prévios de viabilidade e escalabilidade, que nunca deram em nada. Felizmente, a crise econômica e a desestruturação do MEC parecem ter evitado uma gastança maior.

Pouco se ouve a respeito de iniciativas estaduais. Aqui e ali, algum Estado tenta copiar o modelo de incentivos fiscais que deu bons resultados no Ceará, mas sempre sem levar em conta o contexto e as circunstâncias que contribuíram para os avanços nesse Estado. O Estado de São Paulo anunciou que está elaborando uma nova carreira para o magistério. Contudo o que foi divulgado até agora parece estar longe do que é necessário para transformar o magistério numa carreira atrativa: permanece a ideia de carreiras piramidais, em que os professores ganham mais em função de provas e títulos acadêmicos e depois que se aposentam, e não nos anos iniciais de carreira.

As grandes questões, como a municipalização do que resta do ensino fundamental, o equacionamento das questões previdenciárias e a expansão do ensino médio técnico-profissional até agora não apareceram de forma saliente na agenda dos novos governadores. Em nenhum Estado se ouve falar de um debate qualificado sobre as grandes transformações demográficas e seu impacto no financiamento e na provisão da educação. Tampouco se viu uma análise competente e refletida dos resultados do Pisa. Nem mesmo na Região Sul, cujo desempenho é o mais medíocre, especialmente considerando seu elevado nível socioeconômico. O grande avanço é que desistiram de esperar pelas iniciativas do MEC. Resta ver o que vão propor.

Nos municípios é onde há mais esperança, pois estamos diante da oportunidade das eleições municipais em 2020. Do lado positivo situam-se a perspectiva da reforma da Previdência e os primeiros impactos da redução demográfica e do elevado número de professores que poderão aposentar-se. No entanto, a grande maioria dos municípios com mais de 20 mil habitantes – onde vivem mais de 75% da população – começará a enfrentar uma grave crise previdenciária. Esta será a grande oportunidade para novos prefeitos repensarem estratégias para promover profundas reformas na educação.

A agenda posta para a educação, baseada em ideias como as contidas no Plano Nacional de Educação e em propostas das grandes organizações não governamentais, continua fundamentada na ideia de “mais”: mais recursos, mais regulação, mais diplomas para justificar maiores salários. A bola da vez é o tempo integral – mais horas na escola, mesmo que não seja para aprender mais. Essa agenda se esgotou, mesmo porque não há recursos para tocá-la adiante. E ela só seria viável num contexto de revisão estrutural do funcionamento da rede escolar, e não como parte de um processo pedagógico.

Vamos entrar em 2020 com resultados educacionais próximos aos que sempre tivemos: desde que começamos a avaliar o desempenho dos alunos, no final do século passado, as melhoras são pífiás. Nesse período houve um avanço na universalização da matrícula, aumento da escolarização obrigatória e quase o triplo de gastos. Mas os indicadores de resultados mudaram pouco e as desigualdades aumentaram.

O momento não é dos mais propícios a um diálogo ou a uma tentativa de concertação nacional – há dificuldades por todos os lados. Há diversas iniciativas do terceiro setor, mas há limites, inclusive éticos, no que este pode e deve fazer. Resta esperar que as

eleições municipais façam emergir lideranças interessadas em examinar e implementar novas ideias que pelo menos façam a escola municipal funcionar. Ou, quem sabe, renovar a esperança de um ano novo mais promissor.

Oxalá as eleições tragam lideranças que façam a escola municipal funcionar

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS O QUE ELES DISSERAM EM 2019

" Desculpem as caneladas, não nasci para ser presidente, nasci para ser militar"

Jair Bolsonaro, presidente da república, durante eventos de servidores do Palácio do Planalto

“O Brasil não é terreno aberto onde pretendemos construir coisas para o nosso povo. Temos é que desconstruir muita coisa”

Jair Bolsonaro, em jantar com líderes conservadores nos EUA

“Daqueles governadores de... ‘paraíba’, o pior é o do Maranhão. Não tem que ter nada com esse cara”

Jair Bolsonaro, em conversa captada por microfones da TV Brasil, durante café da manhã com veículos da imprensa estrangeira

“O Estado é laico, mas nós somos cristãos. Por isso, o meu compromisso: poderei indicar dois ministros para o Supremo Tribunal Federal. Um deles será terrivelmente evangélico”

Jair Bolsonaro, durante culto evangélico na Câmara dos Deputados. A promessa foi repetida em sessão solene na Casa

“Um dia, se o presidente da OAB [Felipe Santa Cruz] quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, eu conto para ele. Ele não vai querer ouvir a verdade. Eu conto para ele”

Jair Bolsonaro, sobre Fernando Santa Cruz, que desapareceu em 1974, após ser preso pela ditadura militar

“Sua fala, apesar de cruel e desumana, foi uma bravata, uma tentativa de negar a História”

Felipe Santa Cruz, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

“Você tem uma cara de homossexual terrível. Nem por isso eu te acuso de ser homossexual”

Jair Bolsonaro, a repórter do GLOBO, ao ser indagado sobre as investigações de “rachadinha” no gabinete de seu filho Flávio quando este era deputado estadual no Rio, entre 2003 e 2018

“Não tem a ver com segurança pública. Foi tomada pelo presidente em função do

resultado das eleições”

Sergio Moro, ministro da Justiça e Segurança Pública, sobre o decreto do presidente Jair Bolsonaro que ampliava o porte de armas

“Durante 30 anos tiraram as prerrogativas desta Casa. Precisamos manter esse protagonismo. O nosso papel é recuperar a força da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. Aqui está a síntese da sociedade brasileira”

Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados

“Se a esquerda radicalizar a esse ponto, a gente vai precisar ter uma resposta. E uma resposta pode ser via um novo AI-5”

Eduardo Bolsonaro, deputado federal (PSL-SP) e filho do presidente da República, em entrevista à jornalista Leda Nagle

“Como é que o cara vai viver com R\$ 24 mil?”

Leonardo Azeredo dos Santos, procurador do Ministério Público de Minas Gerais, reclamando do “miserê” de seu salário de R\$ 35 mil brutos

ECONOMIA

“Prefiro estar aproximadamente certo na direção correta do que exatamente preciso na direção errada”

Paulo Guedes, ministro da Economia, em entrevista ao GLOBO

“Quem falar em CPMF está demitido”

Paulo Guedes, negando que a proposta em estudo de taxar transações financeiras digitais seja uma nova CPMF

“A resposta da Câmara vai ser não. Com o nome que você queira dar”

Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, acerca de imposto sobre movimentação financeira

“Os diretores executivos concordaram que a reforma da Previdência é imperativa para garantir a sustentabilidade fiscal e reduzir a desigualdade, e saudaram os progressos recentes nesta área”

Diretoria do FMI, em relatório após visitas técnicas ao Brasil em maio de 2019

“A primeira consequência desse acordo é o fim do isolamento do Brasil e do Mercosul”

Rubens Barbosa, presidente executivo da Associação Brasileira das Indústrias do Trigo (Abitrigo), sobre o acordo de livre comércio assinado pela União Europeia e pelo Mercosul após 20 anos de negociações

“Vivemos um momento típico de retomada da economia”

Paulo Kakinoff, presidente da Gol, em dezembro

RIO

“Esse é o nosso Rio de Janeiro. É uma esculhambação completa”

Marcelo Crivella, prefeito do Rio, num ataque de sincericídio

“Nós precisamos ter a nossa Guantánamo. É preciso colocar os terroristas em locais em que a sociedade se livre definitivamente deles”

Wilson Witzel, governador do Rio

“A gente já atira nele para neutralizar a ameaça”

Ítalo Nunes, comandante da patrulha que fuzilou o músico Edvaldo Rosa e o catador Luciano Macedo, em Guadalupe, Zona Norte do Rio, em depoimento à Justiça Militar, mudando a versão dada anteriormente e afirmando que a tropa reagiu porque foi atacada pelo catador

“A juíza tem seus 40 anos e é muito bonita. Tem uma beleza de parar o trânsito, mas não precisa praticar, né, pessoal?”

Marcelo Crivella, ironizando a juíza que mandou interditar a Avenida Niemeyer

“A rua estava cheia de gente, e ele atirou mesmo assim”

Vanessa Félix, mãe de Ágatha, de 8 anos, morta por um PM no Complexo do Alemão

“Estamos no mesmo patamar de Nova York, Paris e Madri”

Wilson Witzel, comparando os níveis de violência do Rio a outras metrópoles. Depois, o governador disse que se referia aos bairros turísticos da cidade

“Minha vida inteira cabe numa bolsa”

Luciano Paulo dos Santos, sobrevivente do desabamento na Muzema

MUNDO

“Ele não nos deixou escolha”

Nancy Pelosi, presidente da Câmara de Deputados dos EUA, sobre o impeachment do presidente Trump

“Por que elas não voltam e ajudam a consertar os lugares infestados de crime de onde vieram?”

Donald Trump, presidente dos EUA, atacando as deputadas democratas negras, latina e palestina Ilhan Omar, Ayanna Pressley, Alexandria Ocasio-Cortez e Rashida Tlaib

“Não humilha, cara. Kkkkkkkk”

Jair Bolsonaro, em comentário num post com fotos de Michelle Bolsonaro e Brigitte Macron, mulher do presidente da França, Emmanuel Macron: “Agora entende por que Macron persegue Bolsonaro?”. O francês havia criticado duramente o brasileiro pelas queimadas na Amazônia

“#DesculpeBrigitte”

Hashtag que dominou as redes sociais após comentário sexista de Bolsonaro

“Tenho uma vivência pelo mundo, já fiz intercâmbio, já fritei hambúrguer lá nos Estados Unidos”

Eduardo Bolsonaro, deputado, falando sobre suas credenciais para pleitear o cargo de embaixador do Brasil nos EUA

“Não acredito em aquecimento global. Fui a Roma em maio e estava tendo uma onda de frio enorme”

Ernesto Araújo, ministro das Relações Exteriores, ao negar a existência do aquecimento global em reunião no Itamaraty

“Nenhum muro é tão alto que não se possa ultrapassar”

Angela Merkel, chanceler alemã no 30º aniversário da queda do Muro de Berlim

SOCIEDADE

“Menino veste azul, e menina veste rosa!”

Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos no dia da posse

“Universidades que estiverem fazendo balbúrdia terão verbas reduzidas”

Abraham Weintraub, ministro da Educação, sobre cortes de verbas em sua pasta

“Paulo Freire, esse energúmeno”

Jair Bolsonaro, sobre um dos maiores nomes da educação brasileira

“O que é golden shower?”

Jair Bolsonaro, após publicar (e apagar) vídeo com pornografia no carnaval

“Mandei ver quem está à frente do Inpe para que venha explicar em Brasília esses

dados”

Jair Bolsonaro, questionando os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) sobre desmatamento na Amazônia

“Isso é uma piada de um garoto de 14 anos que não cabe a um presidente da República fazer”

Ricardo Galvão, físico demitido do Inpe após embates com Bolsonaro sobre o desmatamento na Amazônia, escolhido um dos dez cientistas do ano pela ‘Nature’

“Para compensar nossas emissões na COP, um almoço veggie (vegetariano)!”

Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente, fazendo piada sobre o acordo do clima

“Eu sou uma sobrevivente”

X., vítima, sobre a primeira condenação de João de Deus por crimes sexuais

“É só fazer cocô dia sim, dia não”

Jair Bolsonaro, sobre poluição ambiental

ESPORTES

“Negar e silenciar é confirmar o racismo. Eu sou a prova de que há racismo porque eu estou aqui”

Roger Machado, treinador do Bahia após partida contra o Fluminense que reuniu os dois únicos treinadores negros de times da primeira divisão do Brasileiro

“Infelizmente, acredito que está tudo armado para o Brasil”

Messi, craque argentino durante disputa da Copa América, vencida pelo Brasil

“Por muito tempo o doping russo prejudicou o esporte limpo”

Craig Reedie, presidente da Agência Mundial Antidoping, anunciando em nota a suspensão da Rússia de competições esportivas por quatro anos

“Eu não irei para a p... da Casa Branca, não”

Megan Rapinoe, capitã da seleção americana campeã mundial de futebol, sobre convite do presidente Trump para recepcionar as jogadoras

“A gente está em outro patamar”

Bruno Henrique, atacante do Flamengo falando do time que se tornaria campeão do Brasileiro e da Libertadores

“Não seria legal, justo”

Pep Guardiola, treinador do Manchester City, ratificando seu apoio ao árbitro de vídeo após seu time ter sido eliminado da Liga dos Campeões devido a uma intervenção do VAR

“Não tem como comemorar”

Andreia Candido, mãe de Christian Esmério, um dos jovens mortos no incêndio do Ninho do Urubu, após o título da Libertadores do Flamengo

CULTURA

“O rock ativa a droga que ativa o sexo que ativa a indústria do aborto”

Dante Mantovani,

presidente da Funarte

“Terrível, mas benéfica para os descendentes”

Sérgio Nascimento de Camargo,

cujas indicações à Fundação Palmares foi suspensa pela Justiça, sobre a escravidão no Brasil

“A foto da sórdida Fernanda Montenegro como bruxa sendo queimada em fogueira de livros mostra a canalhice abissal destas pessoas”

Roberto Alvim, diretor do Centro de Artes Cênicas da Funarte, ao afirmar que não há diálogo possível com a classe teatral

“Vai ter filtro. Se não puder ter filtro, extinguiremos a Ancine”

Jair Bolsonaro, ao propor mudanças na agência reguladora do audiovisual

“Para ficar e bater palma pra censura, eu prefiro cair fora”

Henrique Pires, ex-secretário especial de Cultura, ao deixar o cargo

“Com dinheiro público não veremos mais certo tipo de obra por aí. Isso não é censura, é preservar os valores cristãos”

Jair Bolsonaro, após cancelamentos de espetáculos, seminário e festival de cinema em equipamentos federais, como unidades da Caixa Cultural e o CCBB do Rio

“Minha sexualidade não cabe numa gaveta”

Reynaldo Gianecchini, ator, em entrevista à Revista Ela

“A floresta morre, e o clima sofre”

Carlos Nobre e Thomas Lovejoy Climatologista e biólogo, em editorial na “Science Advances” que alerta sobre situação crítica da Amazônia, cujo aumento do número de queimadas neste ano cobriu de cinzas a cidade de São Paulo, em 19 de agosto

topo ↗

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Palacianos, Guedes e Araújo: os preferidos na agenda

Levantamento aponta que Bolsonaro teve 12 vezes mais encontros com titular da Economia do que com Damares Alves. Ministros responsáveis pela articulação política lideram ranking de reuniões em 2019

BRASÍLIA

A agenda oficial do presidente Jair Bolsonaro mostra que ele recebeu o ministro da Economia, Paulo Guedes, 12 vezes mais do que a titular da pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves. O chanceler Ernesto Araújo é outro que se destaca, tendo sido recebido dez vezes mais que a colega. De janeiro até agora, foram apenas oito reuniões com Damares, a ministra que teve o menor número de reuniões com o chefe. No mesmo período, o presidente participou de 85 encontros com Ernesto Araújo e 96 com Paulo Guedes.

O levantamento foi feito pelo GLOBO a partir da agenda oficial do presidente. Os dados não levam em conta os chamados “conselhos de ministros”, quando vários chefes de pastas se reúnem com o presidente ao mesmo tempo, e a participação em eventos oficiais.

Os chamados “ministros palacianos” foram os que mais estiveram com o presidente. Onyx Lorenzoni (215 reuniões), da Casa Civil, Augusto Heleno (158), do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Jorge de Oliveira (132), da Secretaria Geral, e Luiz Eduardo Ramos (111), da Secretaria de Governo, têm seus gabinetes no Palácio do Planalto e costumam participar de encontros do presidente com colegas e parlamentares. Eles são responsáveis pela articulação política, interlocução com outras pastas e pelas burocracias diárias da Presidência. No caso deles, ainda é corriqueiro que sejam chamados para reuniões curtas não registradas oficialmente.

Damares Alves passou três meses seguidos, de setembro a novembro, sem um encontro oficial com o presidente. Em nota, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos informou que a ministra mantém um constante diálogo com Bolsonaro, mesmo com poucas reuniões presenciais.

Outro ministro da área social, Osmar Terra, da Cidadania, teve 24 encontros com Bolsonaro. Luiz Henrique Mandetta, da Saúde, também se reuniu poucas vezes com o presidente. Foram 14 reuniões ao longo do ano. Em nota, o Ministério da Saúde afirmou que o ministro se reúne regularmente com Bolsonaro para tratar de assuntos da pasta.

Também chama atenção o número de reuniões com os ministros do Meio Ambiente, Ricardo Salles (31), da Educação, Abraham Weintraub (41), e da Agricultura, Tereza Cristina (27). Para a professora do Departamento de Ciência Política da UFMG Magna Inácio, Bolsonaro descentraliza a produção de políticas públicas mesmo em ministérios importantes para a agenda do governo:

—Outros presidentes faziam essa descentralização, mas mantendo a Presidência como a

base que organizava e conduzia a coordenação das ações desses ministérios. A Presidência do governo Bolsonaro perde essa centralidade, há uma delegação mais forte sem esse papel coordenador.

Entre os dez ministros que mais tiveram reuniões com o presidente, seis têm origem militar. Silvana Krause, cientista política da UFRGS, diz que a presença de militares indicaria “pouca conexão” com a sociedade civil:

—Os setores civis, ministérios da Educação e do Meio Ambiente, por exemplo, estão com menos prioridade do que setores do Exército. Isso indica que é um governo com pouca conexão com a sociedade civil.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Governo assegura R\$ 163 milhões a emendas

O presidente Jair Bolsonaro sancionou duas leis que abrem créditos especiais de cerca de R\$ 163,5 milhões em favor de nove ministérios. O governo realizou um remanejamento de recursos para pagar emendas parlamentares e cumprir com acordos alinhados com o Congresso antes de encerrar o ano de 2019. Foram beneficiadas as seguintes pastas: Agricultura, Ciência e Tecnologia, Cidadania, Desenvolvimento Regional, Educação, Infraestrutura, Justiça, Saúde e Mulher, Família e Direitos Humanos. As sanções foram publicadas na edição de ontem do Diário Oficial da União (DOU).

Os dois projetos foram enviados ao Congresso pela Presidência em outubro e aprovados pelos parlamentares em dezembro. Nas duas propostas, um texto assinado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmava que o remanejamento estava sendo feito “em atendimento às solicitações de autores das respectivas emendas individuais e de coordenador de bancada” e que não afetaria a meta fiscal porque tratava-se de “remanejamento entre despesas primárias discricionárias para priorização das novas programações”.

Segundo parlamentares que tiveram suas emendas contempladas graças aos projetos, esse tipo de movimentação no final do ano é corriqueiro.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

E a Gama Filho, hein!?

Veja a foto feita ontem por um parceiro da coluna: o prédio principal da finada Universidade Gama Filho, em Piedade, na Zona Norte do Rio. Mato em volta, janelas arrancadas e estantes de livros abandonados. A Gama Filho, que faria 80 anos este ano, completa seis de fechada pelo MEC em meio a um escândalo envolvendo recursos dos fundos de pensão estatais Postalís e Petros. Aliás, como andam os processos contra os responsáveis por esses assaltos ao meu, ao seu, ao nosso dinheiro?

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

COM DESBLOQUEIO DO ORÇAMENTO

Ministérios correm para gastar R\$ 37,2 bilhões até o fim do ano

BRASÍLIA

A liberação bilionária de recursos a partir dos leilões do petróleo obrigou ministérios e outros órgãos do Executivo federal a correrem contra o tempo para tentar gastar o

dinheiro desbloqueado às vésperas do fim do ano. Até novembro, ao menos R\$ 37,2 bilhões não haviam sido gastos, segundo dados do Ministério da Economia.

Nos primeiros meses de 2019, o governo chegou a bloquear mais de R\$ 30 bilhões do Orçamento, porque a arrecadação de impostos estava abaixo das expectativas. De julho em diante, no entanto, o cenário começou a ser revertido. A confirmação da realização do leilão de petróleo no excedente da chamada cessão onerosa foi o fator decisivo para garantir o desbloqueio total desses valores.

Há duas semanas, ao fazer um balanço do ano, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, disse que já estava sendo procurado por ministérios para receber dinheiro de volta.

— Nos últimos três meses deste ano, com os leilões de petróleo, colocamos para dentro da nossa receita quase R\$ 100 bilhões. (Foram) R\$ 70 bilhões da cessão onerosa e mais outros bilhões dos outros leilões de petróleo. Hoje, alguns ministérios já estão nos ligando querendo devolver dinheiro — disse o secretário.

O recurso que não é executado é revertido para reduzir o rombo fiscal no fim do ano, o que reforça a previsão de que o resultado de 2019 ficará bem melhor do que a meta de déficit de R\$ 139 bilhões estabelecida pelo governo no ano passado.

Ainda não há uma estimativa oficial sobre quanto retornará ao caixa do governo. Na segunda semana de dezembro, O GLOBO procurou todos os ministérios e órgãos que administram o próprio Orçamento. Dos 31 consultados, 18 responderam. A maioria prevê que todo o valor liberado será empenhado, mas alguns já admitem que isso não deve ocorrer.

Entre os órgãos que admitem que não devem gastar todo o dinheiro disponível, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é a responsável pela maior sobra de recursos. A Aneel havia sido autorizada a gastar R\$ 156,8 milhões em 2019, mas precisou se reprogramar quando o Orçamento foi contingenciado no início do ano. Assim, deixará de gastar R\$ 27 milhões.

“As áreas administrativas tinham refeito sua programação para se ajustar aos limites orçamentários vigentes até novembro. Dessa forma, aproximadamente R\$ 27 milhões serão devolvidos ao Ministério da Economia”, disse a agência, em comunicado.

REPRESSÃO DE OLHO NA META

Entre os ministérios, dez responderam. A maior sobra deve ser registrada no Ministério da Agricultura, que previu empenhar cerca de 90% dos recursos liberados para o ano. Como o Orçamento da pasta para 2019 foi de R\$ 2,4 bilhões, a sobra poderia chegar a R\$ 245 milhões, aproximadamente, caso o empenho fique de fato na casa dos 90%.

Os seguintes ministérios informaram que devem empenhar todo o recurso previsto para o ano: Itamaraty, Saúde, Controladoria-Geral da União, Desenvolvimento Regional, Turismo e Cidadania.

Os ministérios de Educação, Ciência e Tecnologia, Infraestrutura, Meio Ambiente,

Defesa e Mulher, da Família e Direitos Humanos não responderam.

Para especialistas, a dificuldade para gastar é um resultado natural do descontingenciamento que ocorreu em novembro, já no fim do ano.

— Isso acontece às vezes em primeiro ano, quando a autoridade da área faz uma repressão de Orçamento maior do que seria o caso, sem querer correr risco de não cumprir uma meta — explica o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas.

Margarida Gutierrez, professora da Coppead/UFRJ, observa que a sobra de recursos não deve se repetir em 2020, principalmente porque o contingenciamento não precisará ser tão grande nos primeiros meses:

—O risco de empoçamento é menor, porque acho que o crescimento não vai frustrar. Então, a receita não vai frustrar. Com isso, o governo não vai ter que contingenciar aquilo tudo.

topo ↕

O GLOBO - RJ - MÍRIAM LEITÃO

O balanço além da economia

Ano de 2019 foi marcado pela aprovação da reforma da Previdência e pelos constantes ataques do governo à democracia

O ano de 2019 na economia nunca poderá ser avaliado apenas pela economia. Houve em volta um ambiente de contínua piora institucional. O governo fez um ataque sistemático aos valores da democracia. Não ficou apenas em palavras. Das referências a um novo AI-5, feitas até pelo ministro da Economia, à demolição do aparato de proteção ambiental, às ameaças ao pluralismo na educação e na cultura, foram muitos os erros deste primeiro ano do governo Bolsonaro. A agenda presidencial oscilou entre miudezas e agressões. Foi um péssimo primeiro ano.

Na economia, especificamente, houve uma conquista a comemorar. Há mais de 20 anos o Brasil tentava incluir a idade mínima na sua estrutura de aposentadorias e pensões. As reformas anteriores feitas pelos governos Fernando Henrique e Lula não conseguiram. A proposta de Michel Temer ficou pela metade sem ser aprovada, abatida por um escândalo político. A de Bolsonaro chegou a bom termo, apesar de ele mesmo só ter interferido para defesa corporativa dos policiais. A previdência dos militares não foi exatamente uma reforma. Foi um biombo para uma grande concessão salarial. E eles mantiveram privilégios como a paridade e a integralidade até para os que futuramente entrarão nas Forças Armadas.

Na economia houve frustração e, depois, melhora. No começo do ano a previsão do mercado era de que o PIB cresceria 2,5%. Esse otimismo desidratou-se rapidamente ao longo do primeiro semestre e chegou a 0,8% em agosto. A partir daí houve uma melhora gradual nas expectativas, a tal ponto que se pode dizer que o ano terminou bem melhor do que se esperava há seis meses.

A mais importante mudança de ambiente aconteceu no mercado de crédito. A redução da taxa de juros iniciada em 2016, no período de Ilan Goldfajn no Banco Central, foi seguida neste período de Roberto Campos Neto. Os juros caíram a um ponto em que está havendo toda uma movimentação de investidores, inclusive os pequenos, para

outros produtos financeiros. As taxas cobradas do tomador começaram enfim a ceder. O mercado privado passou a financiar a agricultura. Surgiram novas instituições financeiras pequenas, nascidas no mundo digital. Não chegaram a aumentar a concorrência no concentrado sistema bancário brasileiro, mas servem para arejar o mercado. A bolsa teve um ano excelente, mas curiosamente os estrangeiros foram embora. Se ela sobe é pela entrada de novos investidores nacionais.

A inflação baixa, os juros reduzidos, a reforma da previdência melhoraram as projeções sobre a dinâmica da dívida pública. Temia-se uma trajetória explosiva e hoje as contas foram refeitas para muito melhor. Nada começou no atual governo, mas o resultado dos últimos três anos permite concluir que o pior para a dívida interna foi superado.

A economia internacional não ajudou. Estados Unidos e China passaram o ano inteiro em idas e vindas na sua guerra comercial. Apesar de estarem formalizando um acordo neste fim de ano, o estrago já foi feito. Para se ter uma ideia, numa reunião em novembro, o presidente do Banco Central brasileiro ouviu de Roberto Azevêdo, diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), que o ritmo de crescimento do comércio mundial havia caído de 2,8% no começo do ano para 1,2% em agosto. As ameaças e as tarifas, ainda que temporárias, afetaram cadeias globais de comércio ao redor do planeta. Na América do Sul, a recessão argentina afetou diretamente as exportações brasileiras.

Normalmente, os presidentes aproveitam a luademel após a posse para tentar atrair eleitores que não votaram nele mas torcem para que o governo dê certo. O presidente Bolsonaro preferiu manter constante ambiente de conflito e estresse na sociedade. Brigou até com o partido pelo qual se elegeu. Criou a rotina hedionda de diariamente sair e exibir-se para uma claqué de apoiadores, agredindo os repórteres que fazem plantão na porta do Palácio. De falas escatológicas, sobre a frequência da ida ao banheiro, até declarações homofóbicas, tudo foi servido nessas declarações matinais. O pior são as mentiras deliberadamente divulgadas nessas entrevistas ou na rede social.

A economia se ressentiu do desgaste provocado pelas crises fabricadas pelo governo. O PIB poderia ter sido mais forte não fosse a imperícia na condução do país. O contexto encolheu o desempenho da economia. A torcida é por um 2020 melhor. Feliz ano novo.

[topo](#)

A TARDE - BA - BAHIA

Movimento docente segue de mãos dadas

Professora da Faculdade de Educação – Ufba, presidenta da Apub – Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia

Dezembros pedem retrospectiva e os janeiros, que nomeemos e definamos prazos às esperanças e expectativas. Para o movimento docente, 2019 foi ano histórico. O MEC, determinado a fazer guerra cultural contra as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), anunciou bloqueio de recursos, já emagrecidos desde 2016. O garrote no orçamento resultaria mesmo em dificuldades significativas, debitáveis na conta da austeridade fiscal. Mas Weintraub acenou à sua base cravando “balbúrdia” na UFBA, UnB e UFF como exposição de motivos dos primeiros 30% de cortes.

A medida fiscal portava “infecção oportunista” tentando desvirtuar nossa imagem: uma onda de fake news retratou universidades como antros de orgias e drogas. Não contavam, ministro e presidente, com a reação popular que emergiu. A Ufba, motor de

ignição acionado pelas suas entidades, abriu as Jornadas de Maio e a educação tornou-se pauta aglutinadora de energias políticas: pesquisadores, mães e pais de estudantes, artistas, formadores de opinião, tornaram-se militantes da Educação, Ciência e Tecnologia. Bolsonaro, que engastara “idiotas úteis” nos manifestantes, refinou-se, por assim dizer, e lançou o Future-se, cujo escopo é ardilosa distorção da autonomia universitária.

Os atores recém-aglutinados ajustaram-se às características da ameaça e atuaram de modo organizado e preventivo, inclusive no parlamento federal. Encerramos 2019, o anteprojeto não foi protocolado na Câmara, mas merece atenção: último dia 23 o MEC anunciou que o “Future-se é a principal aposta da Secretaria de Educação Superior para 2020”. Sendo a adesão voluntária, cabe relacionar a expectativa à Medida Provisória 914, que altera o processo de escolha dos reitores das IFES: sua aplicação imediata dá ao governo a chance de conquistar posições de seu interesse.

Igual atenção merece a injusta suspensão da aposentadoria do Prof. José Sérgio Gabrielli, processo em que a CGU incorpora à função de servidor da Ufba atos realizados na Petrobrás, caracterizando uso político do aparato jurídico contra um professor, recordando outros movimentos equivalentes, como na UFSC, de feições persecutórias e desfecho trágico. Em 2020 a luta será mais dura. Haveremos de aperfeiçoar a relação entre Universidade e sociedade, as entidades sindicais e o movimento estudantil tendo aí papel estratégico, do que “Universidade na Praça”, organizado pela APUB, foi exemplo exitoso; contabilizar os resultados das IFES nos rankings nacionais e internacionais; enfrentar as tentativas de enfraquecimento das organizações sindicais. De mãos dadas, haveremos de resistir e avançar.

topo ↕

O POPULAR - GO - BRASIL ENSINO SUPERIOR

Cargos e funções comissionadas haviam sido eliminados por decreto presidencial em março, mas muitas instituições recorreram da decisão

Ao menos 38 instituições de ensino da rede federal conseguiram barrar com decisões judiciais o corte de cargos e funções comissionadas feito pelo presidente Jair Bolsonaro em março deste ano, destaca o jornal O Estado de S. Paulo. Dos 13,7 mil cargos extintos por decreto presidencial, 4. 21 5-3 0,7% do total estão mantidos pela Justiça. Cabe recurso ao governo federal. A maioria dos juízes, além de entender que a medida causa prejuízo ao funcionamento das universidades e institutos federais, também defende que o decreto é inconstitucional por extinguir cargos e funções que estavam ocupados e por ferir a autonomia universitária.

O governo federal defende ter a prerrogativa de “gerir seus próprios recursos” e argumenta que o presidente e seus ministros são responsáveis pela direção da administração federal. As ações pedindo a suspensão da extinção dos cargos foram feitas pelo Ministério Público Federal (MPF) de 13 Estados de todas as regiões do País. Neste primeiro ano do governo Bolsonaro, o MPF questionou e conseguiu barrar medidas que foram tomadas sem consultar as instituições de ensino federal e que tiveram grande impacto em seu funcionamento, como o bloqueio de orçamento e a nomeação de reitores que não foram os mais votados nas consultas acadêmicas .

Uma das primeiras ações pedindo a interrupção da decisão foi movida pelo MPF de Pernambuco e suspendeu o corte de mais de 560 cargos nas universidades Federal de

Pernambuco (UFPE) e Rural de Pernambuco (UFRPE) e no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Em sua decisão, o juiz federal além de entender que o decreto é inconstitucional e fere a autonomia universitária, destaca que os cortes gerariam impactos financeiros “muito pequenos diante do risco de prejuízo a qualidade da prestação de serviço.”

As funções que o decreto extingue têm gratificações que variam de R\$ 270,83 a R\$ 61,67. Entre as funções que o governo extinguiu a remuneração estão, por exemplo, a de coordenação e direção acadêmica dos cursos ofertados (graduações, pós-graduações, técnicos e tecnológicos). Foram mais de 1,8 mil.

O Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) diz que a medida vai desestimular os docentes a aceitarem esses cargos, que têm diversas atribuições administrativas e pedagógicas, como a orientação de estudantes. Uma das principais universidades do País, com um dos maiores orçamentos e maior número de alunos, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) manteve 117 servidores nos cargos e funções após decisão judicial.

A magistrada ressalta que a extinção é “desarrazoada e desproporcional” já que a economia decorrente da medida equivale a décimos percentuais do orçamento da universidade - menos de 0,2%. Apesar dos argumentos de pouca economia, importância da manutenção dos cargos e autonomia administrativa das instituições, o que mais pesa contra o decreto é que os cargos extintos estavam ocupados. Nesse caso, a extinção só poderia ocorrer com a aprovação de um projeto de lei pelo Congresso. Procurado, o MEC não se posicionou.

O Ministério da Economia disse em nota que o decreto teve como objetivo a “simplificação administrativa e a desburocratização” e informou que a extinção se deu prioritariamente nas áreas-meio, sem prejudicar a execução de atividades essenciais”.

A pasta informou ainda que entre os critérios para a definição dos cargos e funções cortados estava a “baixa demanda, baixa remuneração ou exclusivos de servidores efetivos de nível auxiliar”. Informa ainda que a rede federal de ensino permanece com 48 mil cargos, representando quase metade do quadro do Poder Executivo.

[topo](#)

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Universidades reverterem na Justiça 30% de vagas extintas pelo governo

Dos 13,7 mil cargos extintos por decreto presidencial, 4.215 - 30,7% do total - estão mantidos pela Justiça

Ao menos 38 instituições de ensino da rede federal conseguiram barrar com decisões judiciais o corte de cargos e funções comissionadas feito pelo presidente Jair Bolsonaro em março deste ano. Dos 13,7 mil cargos extintos por decreto presidencial, 4.215 - 30,7% do total - estão mantidos pela Justiça. Cabe recurso ao governo federal.

A maioria dos juízes, além de entender que a medida causa prejuízo ao funcionamento das universidades e institutos federais, também defende que o decreto é inconstitucional por extinguir cargos e funções que estavam ocupados e por ferir a autonomia universitária. O governo federal defende ter a prerrogativa de “gerir seus próprios recursos” e argumenta que o presidente e seus ministros são responsáveis pela direção da administração federal.

As ações pedindo a suspensão da extinção dos cargos foram feitas pelo Ministério Público Federal (MPF) de 13 Estados de todas as regiões do País. Neste primeiro ano do governo Bolsonaro, o MPF questionou e conseguiu barrar medidas que foram tomadas sem consultar as instituições de ensino federal e que tiveram grande impacto em seu funcionamento, como o bloqueio de orçamento e a nomeação de reitores que não foram os mais votados nas consultas acadêmicas.

Uma das primeiras ações pedindo a interrupção da decisão foi movida pelo MPF de Pernambuco e suspendeu o corte de mais de 560 cargos nas universidades Federal de Pernambuco (UFPE) e Rural de Pernambuco (UFRPE) e no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Em sua decisão, o juiz federal além de entender que o decreto é inconstitucional e fere a autonomia universitária, destaca que os cortes gerariam impactos financeiros "muito pequenos diante do risco de prejuízo a qualidade da prestação de serviço."

As funções que o decreto extingue têm gratificações que variam de R\$ 270,83 a R\$ 61,67. Entre as funções que o governo extinguiu a remuneração estão, por exemplo, a de coordenação e direção acadêmica dos cursos ofertados (graduações, pós-graduações, técnicos e tecnológicos). Foram mais de 1,8 mil. O Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) diz que a medida vai desestimular os docentes a aceitarem esses cargos, que têm diversas atribuições administrativas e pedagógicas, como a orientação de estudantes.

Uma das principais universidades do País, com um dos maiores orçamentos e maior número de alunos, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) manteve 117 servidores nos cargos e funções após decisão judicial. A magistrada ressalta que a extinção é "desarrazoada e desproporcional" já que a economia decorrente da medida equivale a décimos percentuais do orçamento da universidade - menos de 0,2%.

Apesar dos argumentos de pouca economia, importância da manutenção dos cargos e autonomia administrativa das instituições, o que mais pesa contra o decreto é que os cargos extintos estavam ocupados. Nesse caso, a extinção só poderia ocorrer com a aprovação de um projeto de lei pelo Congresso.

Para a professora de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Nina Ranieri, medidas como as que foram tomadas neste primeiro ano da gestão Bolsonaro "criam um ambiente de insegurança jurídica dentro da academia" uma vez que desorganizam o funcionamento das instituições.

Reforma

Procurado, o MEC não se posicionou. O Ministério da Economia disse em nota que o decreto teve como objetivo a "simplificação administrativa e a desburocratização" e informou que a extinção se deu prioritariamente nas áreas-meio, sem prejudicar a execução de atividades essenciais".

A pasta informou ainda que entre os critérios para a definição dos cargos e funções cortados estava a "baixa demanda, baixa remuneração ou exclusivos de servidores efetivos de nível auxiliar". Informa ainda que a rede federal de ensino permanece com 48 mil cargos, representando quase metade do quadro do Poder Executivo.

Cargos efetivos

Além das funções comissionadas, um novo decreto do presidente Jair Bolsonaro extinguiu na semana passada 20 mil cargos efetivos (que exigem a abertura de concurso público) de 68 tipos. Os cargos são da área técnico-administrativa e quase metade estava desocupado, segundo as instituições de ensino porque esperavam o Ministério da Economia liberar a realização de concursos públicos.

Em nota, o Ministério da Economia diz que as vagas ocupadas só serão extinguidas quando os servidores se aposentarem. No caso das que estavam ociosas, o concurso fica vedado, mas o governo informa que as atribuições desses cargos podem ser "exercidas por outros meios como a descentralização para outros entes da federação ou com a contratação indireta de serviços". E diz que o novo corte focou em cargos de "atividades de apoio".

Dirigentes das universidades, no entanto, relatam que muitos dos cargos tinham atribuições que afetam diretamente as atividades de ensino e pesquisa. As instituições dizem não ter recursos para todos os serviços que podem ser afetados com o corte dos cargos.

O corte de tradutor/intérprete de Linguagem de Sinais, por exemplo, pode trazer prejuízos em decorrência da medida. Hoje, pela legislação vigente, as universidades são obrigadas a ter esse profissional para auxiliar em sala de aula alunos com deficiência auditiva.

O Instituto Federal de São Paulo (IFSP), com 40 mil alunos atualmente, tinha duas vagas para tradutor, uma delas ocupada. Neste ano, a instituição tinha dois alunos, em turmas e períodos diferentes, com deficiência auditiva. Se antes esperavam a liberação do concurso, agora sabem que a vaga não será preenchida.

"Vamos pensar em alternativas, mas o que estávamos fazendo até agora era improvisar. Nós pedimos aos professores para que escrevam mais na lousa, falem olhando para esses estudantes ou procurem outras formas de comunicação. Mas sabemos que não deveria ser assim, esses estudantes têm direitos que não estão sendo atendidos", diz Luiz Claudio Lima, diretor do câmpus São Paulo do instituto. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo 

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Prefeitos criticam reajuste de 12% do piso para professores

Os municípios alertam para "graves impactos" na gestão da educação e nas cofres municipais, que precisarão arcar com o aumento

Após o reajuste levar o piso nacional do magistério de R\$ 2.557,74 para R\$ 2.886,15 a partir de janeiro de 2020, prefeitos e governadores defendem mudanças nos critérios para conceder a correção salarial dos professores de todo o país. A correção de 12,84%, estimada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) com base nos dados do governo federal, vai causar "graves impactos" à gestão da educação e às contas municipais, alega a entidade.

O impacto final, de acordo com a entidade, seria de aproximadamente R\$ 8,7 bilhões, baseado nos critérios atuais de correção, quando não há preocupação com as fontes de custeio. Ou seja, o crescimento do piso é muito acima da inflação ou de qualquer outra

correção. Dessa forma, de 2009 até 2020, o aumento salarial para a categoria foi de 203,61%, enquanto o salário mínimo no mesmo período, por exemplo, teve reajuste de 121,7%.

“Diante desse quadro, a Confederação reforça a urgência em alterar o critério de reajuste anual do piso nacional do magistério, com a adoção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), cujo percentual acumulado nos últimos 12 meses foi de 3,37%. Essa medida está prevista em proposições como o Projeto de Lei (PL) 3.776/2008, do poder Executivo, em tramitação no Congresso Nacional”, explica a confederação.

Além disso, a entidade defende a autonomia municipal para aderir ou não ao reajuste. Para o movimento municipalista, justifica a CNM, os reajustes reais nos valores dos vencimentos do magistério devem ser negociados pelos governos estaduais e municipais com seus respectivos professores.

Atualmente, a lei federal 11.738/2008 determina a forma do cálculo do reajuste – o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica deve ser atualizado anualmente, no mês de janeiro. O aumento deve considerar o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno dos anos iniciais do ensino fundamental urbano do Fundo Nacional da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb) nos dois exercícios imediatamente anteriores.

De acordo com a CNM, como os valores efetivamente realizados são publicados em abril do ano subsequente, o MEC utiliza os valores mínimos por aluno/ano dos anos iniciais do Fundeb das últimas estimativas nos dois anos anteriores. Um valor foi divulgado no último 23 de dezembro, por meio de uma portaria interministerial, que aumentou de R\$ 3.048,73 para R\$ 3.440,29.

“Diante do aumento expressivo do valor, a Confederação e governadores, também impactados pelo reajuste, solicitaram ao governo a revisão dos dados que constam da Portaria. Importante destacar ainda que, nos Municípios, a folha de pagamento do magistério representa algo em torno de 25% do total do gasto de pessoal. Assim, o aumento do piso vai fazer com que inúmeros gestores tenham problemas nos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)”, justifica a entidade.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Número de crianças matriculadas em creches sobe em 2019, aponta censo

O Censo Escolar mostra um aumento de 4,24% nos alunos matriculados em creches e alta de 0,75% nas matrículas para a pré-escola

O número de matrículas na creche e na pré-escola cresceu este ano na comparação com o ano passado, segundo dados do Censo Escolar divulgados nesta segunda-feira (30) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O levantamento, que foi publicado no Diário Oficial da União, traz apenas os dados referentes ao número de alunos matriculados em escolas públicas, abrangendo todas as etapas de ensino (da creche ao ensino médio). A divulgação das informações completas do Censo Escolar está prevista para o final de janeiro.

O censo mostra um aumento de 4,24% no número de matrículas em creches (crianças de

0 a 3 anos), que passou de 2.333.277, em 2018, para 2.433.216, em 2019. Ao todo, foram abertas 98.939 vagas nesta etapa de ensino. Na pré-escola, houve aumento de 0,75% no número de matrículas na comparação entre 2018 e 2019. Foram abertas 29.636 vagas, passando de 3.915.699 para 3.945.335. A quase totalidade das matrículas no ensino infantil são em instituições municipais.

Fundamental e médio

Em relação aos ensinos fundamental e médio, o Censo Escolar aponta uma queda no número de matrículas em escolas públicas, fenômeno que vem se repetindo nos últimos anos. Segundo os dados divulgados nesta segunda-feira, foram matriculados 6.192.819 alunos no ensino médio em 2019, contra 6.462.124 no ano anterior, uma redução de 4,34%.

Apesar da redução, houve melhora nas escolas de tempo integral, que passou de 9,2% para 10,6% do total de matrículas na última etapa do ensino básico em instituições públicas. No ensino integral, os estudantes podem, com mais tempo na escola, ter acesso a atividades culturais, esportivas, além de conteúdos de comunicação, saúde, entre outros.

No ensino fundamental, que vai do 1º ao 9º ano, o número de alunos matriculados em 2019 caiu 1,62% em relação a 2018, passando de 21.760.831 de alunos para 21.413.391. Desse total, quase 11% foram para o ensino integral.

Ampliar a educação em tempo integral nas escolas é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), lei que estabelece parâmetros para melhorar a qualidade da educação brasileira. Uma das metas do PNE é oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica até 2024.

EJA

O Censo Escolar também trouxe dados sobre o número de alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade presencial, que também diminuiu, passando de 2.878.165 de alunos em 2018 para 2.625.462 em 2019, uma redução de 9,6%.

[topo](#)

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Censo Escolar: cresce número de matrículas na creche e na pré-escola

O número de matrículas na creche e na pré-escola cresceu este ano na comparação com o ano passado, segundo dados do Censo Escolar divulgados hoje (30) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O levantamento, que foi publicado no Diário Oficial da União, traz apenas os dados referentes ao número de alunos matriculados em escolas públicas, abrangendo todas as etapas de ensino (da creche ao ensino médio). A divulgação das informações completas do Censo Escolar está prevista para o final de janeiro.

O censo mostra um aumento de 4,24% no número de matrículas em creches (crianças de 0 a 3 anos), que passou de 2.333.277, em 2018, para 2.433.216, em 2019. Ao todo, foram abertas 98.939 vagas nesta etapa de ensino. Na pré-escola, houve aumento de 0,75% no número de matrículas na comparação entre 2018 e 2019. Foram abertas 29.636 vagas, passando de 3.915.699 para 3.945.335. A quase totalidade das matrículas

no ensino infantil são em instituições municipais.

Fundamental e médio

Em relação aos ensinos fundamental e médio, o Censo Escolar aponta uma queda no número de matrículas em escolas públicas, fenômeno que vem se repetindo nos últimos anos. Segundo os dados divulgados nesta segunda-feira, foram matriculados 6.192.819 alunos no ensino médio em 2019, contra 6.462.124 no ano anterior, uma redução de 4,34%.

Apesar da redução, houve melhora nas escolas de tempo integral, que passou de 9,2% para 10,6% do total de matrículas na última etapa do ensino básico em instituições públicas. No ensino integral, os estudantes podem, com mais tempo na escola, ter acesso a atividades culturais, esportivas, além de conteúdos de comunicação, saúde, entre outros.

No ensino fundamental, que vai do 1º ao 9º ano, o número de alunos matriculados em 2019 caiu 1,62% em relação a 2018, passando de 21.760.831 de alunos para 21.413.391. Desse total, quase 11% foram para o ensino integral.

Ampliar a educação em tempo integral nas escolas é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), lei que estabelece parâmetros para melhorar a qualidade da educação brasileira. Uma das metas do PNE é oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica até 2024.

EJA

O Censo Escolar também trouxe dados sobre o número de alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade presencial, que também diminuiu, passando de 2.878.165 de alunos em 2018 para 2.625.462 em 2019, uma redução de 9,6%.

R7 - TEMPO REAL

Universidades reverterem na Justiça 30% de vagas extintas pelo governo

Dos 13,7 mil cargos extintos por decreto presidencial, 4.215 estão mantidos pela Justiça. Cabe recurso ao governo federal

Ao menos 38 instituições de ensino da rede federal conseguiram barrar com decisões judiciais o corte de cargos e funções comissionadas feito pelo presidente Jair Bolsonaro em março deste ano. Dos 13,7 mil cargos extintos por decreto presidencial, 4.215 - 30,7% do total - estão mantidos pela Justiça. Cabe recurso ao governo federal.

A maioria dos juízes, além de entender que a medida causa prejuízo ao funcionamento das universidades e institutos federais, também defende que o decreto é inconstitucional por extinguir cargos e funções que estavam ocupados e por ferir a autonomia universitária. O governo federal defende ter a prerrogativa de "gerir seus próprios recursos" e argumenta que o presidente e seus ministros são responsáveis pela direção da administração federal.

As ações pedindo a suspensão da extinção dos cargos foram feitas pelo Ministério Público Federal (MPF) de 13 Estados de todas as regiões do País. Neste primeiro ano do governo Bolsonaro, o MPF questionou e conseguiu barrar medidas que foram tomadas sem consultar as instituições de ensino federal e que tiveram grande impacto em seu

funcionamento, como o bloqueio de orçamento e a nomeação de reitores que não foram os mais votados nas consultas acadêmicas.

Uma das primeiras ações pedindo a interrupção da decisão foi movida pelo MPF de Pernambuco e suspendeu o corte de mais de 560 cargos nas universidades Federal de Pernambuco (UFPE) e Rural de Pernambuco (UFRPE) e no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Em sua decisão, o juiz federal além de entender que o decreto é inconstitucional e fere a autonomia universitária, destaca que os cortes gerariam impactos financeiros "muito pequenos diante do risco de prejuízo a qualidade da prestação de serviço."

As funções que o decreto extingue têm gratificações que variam de R\$ 270,83 a R\$ 61,67. Entre as funções que o governo extinguiu a remuneração estão, por exemplo, a de coordenação e direção acadêmica dos cursos ofertados (graduações, pós-graduações, técnicos e tecnológicos). Foram mais de 1,8 mil. O Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) diz que a medida vai desestimular os docentes a aceitarem esses cargos, que têm diversas atribuições administrativas e pedagógicas, como a orientação de estudantes.

Uma das principais universidades do País, com um dos maiores orçamentos e maior número de alunos, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) manteve 117 servidores nos cargos e funções após decisão judicial. A magistrada ressalta que a extinção é "desarrazoada e desproporcional" já que a economia decorrente da medida equivale a décimos percentuais do orçamento da universidade - menos de 0,2%.

Apesar dos argumentos de pouca economia, importância da manutenção dos cargos e autonomia administrativa das instituições, o que mais pesa contra o decreto é que os cargos extintos estavam ocupados. Nesse caso, a extinção só poderia ocorrer com a aprovação de um projeto de lei pelo Congresso.

Para a professora de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Nina Ranieri, medidas como as que foram tomadas neste primeiro ano da gestão Bolsonaro "criam um ambiente de insegurança jurídica dentro da academia" uma vez que desorganizam o funcionamento das instituições.

Reforma

Procurado, o MEC não se posicionou. O Ministério da Economia disse em nota que o decreto teve como objetivo a "simplificação administrativa e a desburocratização" e informou que a extinção se deu prioritariamente nas áreas-meio, sem prejudicar a execução de atividades essenciais".

A pasta informou ainda que entre os critérios para a definição dos cargos e funções cortados estava a "baixa demanda, baixa remuneração ou exclusivos de servidores efetivos de nível auxiliar". Informa ainda que a rede federal de ensino permanece com 48 mil cargos, representando quase metade do quadro do Poder Executivo.

Cargos efetivos

Além das funções comissionadas, um novo decreto do presidente Jair Bolsonaro

extinguiu na semana passada 20 mil cargos efetivos (que exigem a abertura de concurso público) de 68 tipos. Os cargos são da área técnico-administrativa e quase metade estava desocupado, segundo as instituições de ensino porque esperavam o Ministério da Economia liberar a realização de concursos públicos.

Em nota, o Ministério da Economia diz que as vagas ocupadas só serão extinguidas quando os servidores se aposentarem. No caso das que estavam ociosas, o concurso fica vedado, mas o governo informa que as atribuições desses cargos podem ser "exercidas por outros meios como a descentralização para outros entes da federação ou com a contratação indireta de serviços". E diz que o novo corte focou em cargos de "atividades de apoio".

Dirigentes das universidades, no entanto, relatam que muitos dos cargos tinham atribuições que afetam diretamente as atividades de ensino e pesquisa. As instituições dizem não ter recursos para todos os serviços que podem ser afetados com o corte dos cargos.

O corte de tradutor/intérprete de Linguagem de Sinais, por exemplo, pode trazer prejuízos em decorrência da medida. Hoje, pela legislação vigente, as universidades são obrigadas a ter esse profissional para auxiliar em sala de aula alunos com deficiência auditiva.

O Instituto Federal de São Paulo (IFSP), com 40 mil alunos atualmente, tinha duas vagas para tradutor, uma delas ocupada. Neste ano, a instituição tinha dois alunos, em turmas e períodos diferentes, com deficiência auditiva. Se antes esperavam a liberação do concurso, agora sabem que a vaga não será preenchida.

"Vamos pensar em alternativas, mas o que estávamos fazendo até agora era improvisar. Nós pedimos aos professores para que escrevam mais na lousa, falem olhando para esses estudantes ou procurem outras formas de comunicação. Mas sabemos que não deveria ser assim, esses estudantes têm direitos que não estão sendo atendidos", diz Luiz Claudio Lima, diretor do câmpus São Paulo do instituto.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Universidades reverterem na Justiça 30% de vagas extintas pelo governo

Ao menos 38 instituições de ensino da rede federal conseguiram barrar com decisões judiciais o corte de cargos e funções comissionadas feito pelo presidente Jair Bolsonaro em março deste ano. Dos 13,7 mil cargos extintos por decreto presidencial, 4.215 - 30,7% do total - estão mantidos pela Justiça. Cabe recurso ao governo federal.

A maioria dos juízes, além de entender que a medida causa prejuízo ao funcionamento das universidades e institutos federais, também defende que o decreto é inconstitucional por extinguir cargos e funções que estavam ocupados e por ferir a autonomia universitária. O governo federal defende ter a prerrogativa de "gerir seus próprios recursos" e argumenta que o presidente e seus ministros são responsáveis pela direção da administração federal.

As ações pedindo a suspensão da extinção dos cargos foram feitas pelo Ministério Público Federal (MPF) de 13 Estados de todas as regiões do País. Neste primeiro ano do governo Bolsonaro, o MPF questionou e conseguiu barrar medidas que foram tomadas

sem consultar as instituições de ensino federal e que tiveram grande impacto em seu funcionamento, como o bloqueio de orçamento e a nomeação de reitores que não foram os mais votados nas consultas acadêmicas.

Uma das primeiras ações pedindo a interrupção da decisão foi movida pelo MPF de Pernambuco e suspendeu o corte de mais de 560 cargos nas universidades Federal de Pernambuco (UFPE) e Rural de Pernambuco (UFRPE) e no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Em sua decisão, o juiz federal além de entender que o decreto é inconstitucional e fere a autonomia universitária, destaca que os cortes gerariam impactos financeiros "muito pequenos diante do risco de prejuízo a qualidade da prestação de serviço."

As funções que o decreto extingue têm gratificações que variam de R\$ 270,83 a R\$ 61,67. Entre as funções que o governo extinguiu a remuneração estão, por exemplo, a de coordenação e direção acadêmica dos cursos ofertados (graduações, pós-graduações, técnicos e tecnológicos). Foram mais de 1,8 mil. O Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) diz que a medida vai desestimular os docentes a aceitarem esses cargos, que têm diversas atribuições administrativas e pedagógicas, como a orientação de estudantes.

Uma das principais universidades do País, com um dos maiores orçamentos e maior número de alunos, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) manteve 117 servidores nos cargos e funções após decisão judicial. A magistrada ressalta que a extinção é "desarrazoada e desproporcional" já que a economia decorrente da medida equivale a décimos percentuais do orçamento da universidade - menos de 0,2%.

Apesar dos argumentos de pouca economia, importância da manutenção dos cargos e autonomia administrativa das instituições, o que mais pesa contra o decreto é que os cargos extintos estavam ocupados. Nesse caso, a extinção só poderia ocorrer com a aprovação de um projeto de lei pelo Congresso.

Para a professora de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Nina Ranieri, medidas como as que foram tomadas neste primeiro ano da gestão Bolsonaro "criam um ambiente de insegurança jurídica dentro da academia" uma vez que desorganizam o funcionamento das instituições.

Reforma

Procurado, o MEC não se posicionou. O Ministério da Economia disse em nota que o decreto teve como objetivo a "simplificação administrativa e a desburocratização" e informou que a extinção se deu prioritariamente nas áreas-meio, sem prejudicar a execução de atividades essenciais".

A pasta informou ainda que entre os critérios para a definição dos cargos e funções cortados estava a "baixa demanda, baixa remuneração ou exclusivos de servidores efetivos de nível auxiliar". Informa ainda que a rede federal de ensino permanece com 48 mil cargos, representando quase metade do quadro do Poder Executivo.

Cargos efetivos

Além das funções comissionadas, um novo decreto do presidente Jair Bolsonaro extinguiu na semana passada 20 mil cargos efetivos (que exigem a abertura de concurso

público) de 68 tipos. Os cargos são da área técnico-administrativa e quase metade estava desocupado, segundo as instituições de ensino porque esperavam o Ministério da Economia liberar a realização de concursos públicos.

Em nota, o Ministério da Economia diz que as vagas ocupadas só serão extintas quando os servidores se aposentarem. No caso das que estavam ociosas, o concurso fica vedado, mas o governo informa que as atribuições desses cargos podem ser "exercidas por outros meios como a descentralização para outros entes da federação ou com a contratação indireta de serviços". E diz que o novo corte focou em cargos de "atividades de apoio".

Dirigentes das universidades, no entanto, relatam que muitos dos cargos tinham atribuições que afetam diretamente as atividades de ensino e pesquisa. As instituições dizem não ter recursos para todos os serviços que podem ser afetados com o corte dos cargos.

O corte de tradutor/intérprete de Linguagem de Sinais, por exemplo, pode trazer prejuízos em decorrência da medida. Hoje, pela legislação vigente, as universidades são obrigadas a ter esse profissional para auxiliar em sala de aula alunos com deficiência auditiva.

O Instituto Federal de São Paulo (IFSP), com 40 mil alunos atualmente, tinha duas vagas para tradutor, uma delas ocupada. Neste ano, a instituição tinha dois alunos, em turmas e períodos diferentes, com deficiência auditiva. Se antes esperavam a liberação do concurso, agora sabem que a vaga não será preenchida.

"Vamos pensar em alternativas, mas o que estávamos fazendo até agora era improvisar. Nós pedimos aos professores para que escrevam mais na lousa, falem olhando para esses estudantes ou procurem outras formas de comunicação. Mas sabemos que não deveria ser assim, esses estudantes têm direitos que não estão sendo atendidos", diz Luiz Claudio Lima, diretor do campus São Paulo do instituto. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

JORNAL DA FRANCA - TEMPO REAL

Capex seleciona professores de inglês da rede pública para curso nos EUA Programa cobre passagem aérea, ajuda de custo durante a capacitação, alojamento e outras despesas

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** vai selecionar até 486 professores de língua inglesa para curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos, por meio do Programa Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI).

O programa é realizado em parceria com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright) e vai atender professores de educação básica concursados que atuem na rede pública de ensino estadual, municipal ou distrital.

As inscrições são gratuitas podem ser feitas até o dia 14 de fevereiro de 2020, por meio do formulário disponível no site da Comissão Fulbright. A seleção é feita por meio de etapa documental e do resultado no teste de proficiência. São oferecidas três modalidades de curso: desenvolvimento de metodologias, aprimoramento em inglês –

intermediário 2 e intermediário 1.

O resultado final está previsto para ser divulgado no dia 20 de abril. As atividades do programa serão realizadas de 29 de junho a 7 de agosto do ano que vem.

Além do fortalecimento das habilidades linguísticas de compreensão, fala, leitura e escrita em inglês, o curso promove a imersão no cotidiano da língua inglesa e o compartilhamento de metodologias de ensino, aprendizagem e avaliação.

O programa cobre, entre outras despesas, passagem aérea, ajuda de custo durante a capacitação, reembolso da taxa de solicitação do visto norte-americano, alojamento em instalações do campus universitário onde o curso será realizado, taxas escolares e alimentação.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Censo Escolar registra queda de 4% em matrículas do ensino médio nas escolas públicas

Levantamento avaliou procura por vagas na educação básica e registrou um crescimento nas inscrições em creches e pré-escolas, e redução no fundamental e EJA.

Caiu o número de estudantes matriculados no ensino fundamental e médio nos colégios públicos em 2019 em relação ao ano passado. Segundo dados do Censo Escolar, divulgados nesta segunda-feira (30), por outro lado o número de crianças matriculadas em creches aumentou.

De acordo com o levantamento, em 2019, foram 6.192.819 de alunos matriculados no ensino médio. Este número é 4,34% inferior ao registrado durante o ano letivo de 2018, com 6.462.124 estudantes inscritos nesta modalidade.

Envelhecimento da população trará dilemas para educação no Brasil

Brasil só baterá a meta de matrículas de jovens na universidade em 2037

O maior aumento, de 1,59% nas matrículas, está entre as crianças de 0 a 3 anos. Em 2019 foram 2.432.216 vagas preenchidas em creches, no ano anterior foram 2.333.277.

O Censo Escolar é feito anualmente pela Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A pesquisa é declaratória e cobre todo o território nacional.

Destaques do Censo Escolar 2019

Ensino fundamental e médio apresentaram redução no número das matrículas com quedas de 1,62% e 4,34%, respectivamente

Mais crianças foram matriculadas em creches neste ano em relação a 2018, de 2.333.277 para 2.432.216, um aumento de 1,59%

O número total de matrículas na educação de jovens e adultos (EJA) caiu, de 2.878.165 em 2018 para 2.625.462 em 2019

O Brasil "perdeu" 2,01% das matrículas totais na educação básica neste ano em relação

a 2018

Ensino fundamental e médio

O número de alunos matriculados no ensino fundamental em 2019 caiu 1,62% em relação a 2018 – foi de 21.760.831 alunos para 21.413.391. No ensino médio, a queda foi de 4,34% – de 6.462.124 matrículas no ano passado para 6.192.819.

Apesar de haver uma redução no número de estudantes matriculados nesta última etapa da educação básica, o ensino médio integral cresceu no setor público. Em 2018, 10% dos alunos do ensino médio estudavam no período estendido. Neste ano, a taxa subiu para 11,4%.

Esse é, inclusive, um dos objetivos do Ministério da Educação (MEC) na reforma do ensino médio.

Creches e pré-escola

Sobre as creches, o Censo mostrou que o número de matrículas nas escolas públicas cresceu 1,59% entre 2018 e 2019 – foi de 2.333.277 para 2.432.216 alunos. Os colégios municipais continuam responsáveis por quase a totalidade dos matriculados nessa etapa.

Aumento no número de matrículas de creches e pré-escolas é apontado pelo Censo Escolar — Foto: Natalia

Na pré-escola, também houve aumento no número de matriculados – a elevação foi de 0,8%. Eram 3.915.699 crianças nas escolas públicas e, em 2019, o índice subiu para 3.947.335.

Todo ano, o total de matrículas precisa ser divulgado pelo governo por ser a base para o repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e para a execução de programas na área da educação.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

O número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), na modalidade presencial, caiu 9,62% - de 2.878.165 de alunos em 2018 para 2.625.462 em 2019.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Programas de pós-graduação da Ufopa terão cotas para ações afirmativas a partir de 2020

A portaria cita especificamente pessoas pretas e pardas, pessoas com deficiência e indígenas.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) aprovou em reunião extraordinária, a Política de Ações Afirmativas para inclusão de negros (pretos e pardos), quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência nos programas de pós-graduação stricto sensu da instituição.

A política atende ao disposto na Portaria Normativa nº 13/2016, do Ministério da Educação (MEC), e aos encaminhamentos do I Fórum Integrado de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da Ufopa, determinando a reserva de vagas para esse público nos cursos de pós-graduação, além de medidas para garantir a permanência e o êxito acadêmico.

Segundo o pró-reitor de Gestão Estudantil em exercício, Edson Almeida, a portaria cita especificamente pessoas pretas e pardas, pessoas com deficiência e indígenas. "Nós ampliamos a política para incluir os quilombolas porque temos o Processo Seletivo Especial para alunos quilombolas na instituição", disse.

O reitor da Ufopa, Hugo Diniz destacou que é uma demanda prioritária, que estamos trabalhando desde o ano passado, e é fruto de muitas articulações de base.

Elaborada pela Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) e pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit), a política foi objeto de discussão junto às coordenações dos cursos e representações estudantis da Universidade e recebeu contribuições em consulta pública.

Ingresso e permanência

O documento prevê a reserva de, no mínimo, 20% do total das vagas ofertadas em cada processo seletivo dos cursos de mestrado e doutorado para pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

Será usado o critério da autodeclaração étnico-racial para pretos, pardos, quilombolas e indígenas. Quilombolas e indígenas deverão apresentar ainda a declaração de pertencimento étnico emitida pela comunidade e assinada por três lideranças comunitárias reconhecidas.

Cotistas PcDs deverão ser submetidos a avaliação médica pericial na Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida (DSQV) e contarão com atendimento específico do Núcleo de Acessibilidade da Ufopa.

A política também assegura a criação de uma comissão permanente para o acompanhamento da implementação das ações afirmativas na pós-graduação, composta por representantes da Proppit, Proges, programas de pós-graduação e estudantes.